

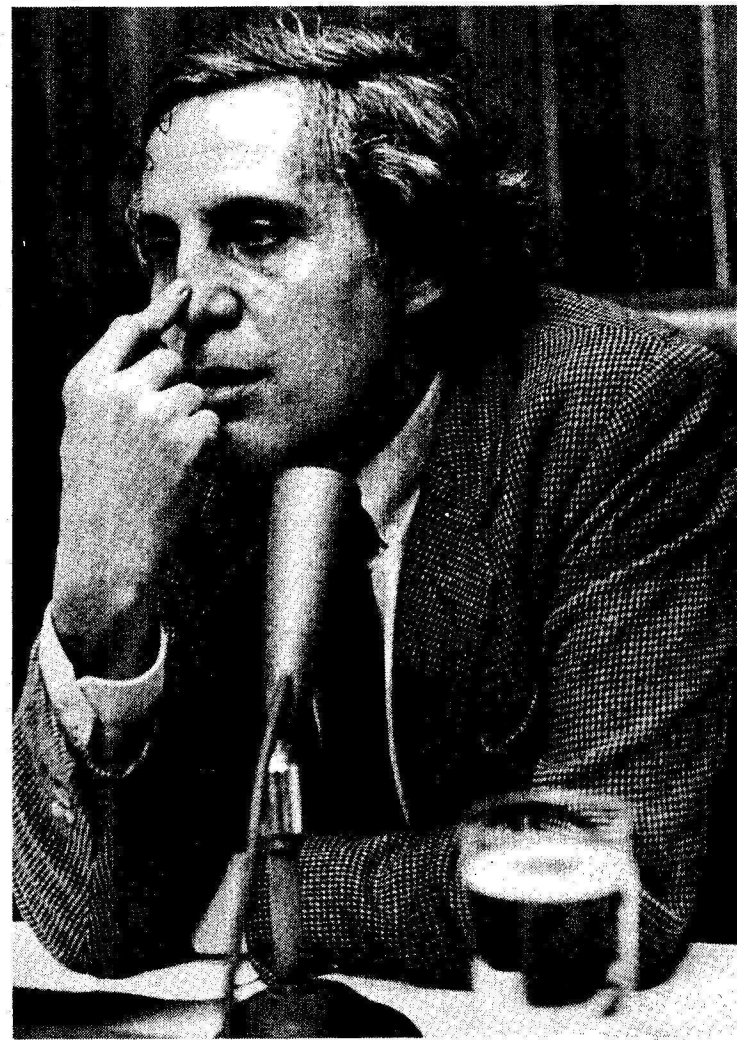
Carlos Lessa, professor de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e presidente da Fundação Pedrosa Horta, não acredita que o Brasil possa cumprir as metas assumidas com o Fundo Monetário Internacional. Defende também a moratória, mas não como uma solução ou um recurso que substitua a negociação. Para Lessa, a moratória é mais do que nunca um recurso tático de negociação, da mesma maneira que a greve é um recurso tático de negociação do contrato de trabalho.

Na sua opinião, o sistema bancário internacional, mesmo se quisesse, não tem condições para expandir o crédito ao Brasil. E que também o sistema está em crise. Sobre o sistema bancário internacional, acredita que algo tem de ser feito para adaptá-lo à nova realidade econômica mundial. Mas discorda que a doutrina do FMI

possa pôr em ordem o sistema financeiro. A doutrina do FMI, para Lessa, está inteiramente superada, fundamentada na hegemonia do dólar, que não existe mais.

Nesta entrevista exclusiva ao Jornal de Brasília, aos repórteres Teresa Cunha, Luiz Artur Toribio e Rui Nogueira, Carlos Lessa insistiu em afirmar que a política salarial proposta no Decreto-Lei 2.045 tem um objetivo contracionista, visando diminuir a atividade econômica, comprimir as importações e gerar dólares adicionais com exportações. Ele é de opinião de que, se o Congresso Nacional conseguir barrar a política salarial, força uma mudança no padrão de negociação externa com os credores, o que terá profundas implicações internas. Mudando a negociação externa, acredita Lessa, muda também a negociação política interna no País.

# Lessa diz que a moratória é apenas tática



Lessa diz que o Brasil não cumprirá o acordo com o FMI

A reação pouco elegante e arrogante de Donald Regan mostra que ele vê o Brasil como uma ameaça latente

moratória é um recurso tático de negociação, da mesma maneira que a greve é um recurso tático numa negociação do contrato de trabalho. Você tem as relações entre um país e o resto do mundo, essas relações hoje, no que diz respeito à dívida externa são levadas por um parceiro chamado Brasil que está com reservas cambiais negativas — a descoberto a curto prazo — com estoques importados reduzidos ao mínimo, com a saúde financeira profundamente abalada. Do outro lado, existe o sistema bancário internacional, também com fôlego curto, desesperado para ganhar um trimestre e conseguir manter os seus balanços, com a fixação de que os ativos que tem contra o terceiro mundo são bons. Quando, na realidade não são bons. É claro que, nesse jogo, quem tem força é o sistema bancário internacional por uma série de razões. A mais elementar delas é que, parte do nosso comércio, principalmente as exportações, são pré-financiadas por esse mesmo sistema bancário internacional.

Há um outro plano onde o Brasil tem recursos de poder muito maiores. O plano de um país com 120 milhões de habitantes, sétima ou oitava economia industrial do mundo capitalista, um país que tem pelo seu tamanho e pelo seu peso, importância decisiva num continente, um país que realizou durante muitos e muitos anos uma política internacional competente, improvisou todo um vasto esquema de alianças, um país que tem uma estrutura de relações comerciais e políticas muito abertas ao mundo. Então o Brasil tem um monte de recursos políticos numa negociação de governo a governo. Só que a dívida externa não está sendo tratada de governo a governo, a não ser, marginalmente, no Clube de Paris, que é uma bobagem, uma fraçãozinha minúscula disso. O grosso da dívida externa brasileira está sendo tratada como uma questão financeira e, no espaço financeiro, estamos fraquíssimos.

Porque a moratória? Porque a moratória produz o deslocamento do espaço financeiro para o espaço das relações políticas internacionais. É o recurso tático para mudar o espaço onde vai ser negociada a questão. E trazer o tema para um terreno onde nós temos mais recursos de poder. Há riscos? É claro que há riscos. Mesmo que se faça isso com muito jeito, a suspensão de pagamento, — a moratória é a suspensão de pagamento — inspira nos bancos, num primeiro momento retração das operações. E nós recomendamos esse recurso, porque mesmo não sendo usado ainda, o processo de crise cambial brasileira já está levando os bancos a se retraírem. A maior parte dos países que exportam para o Brasil estão exigindo, ou pagamento à vista ou fiança bancária internacional. Nós já não temos mais crédito comercial.

JBr — O Senador Severo Gomes acha que o Brasil tem um peso político muito grande na medida em que pode, entre outras coisas, puxar uma Nova Ordem Econômica Internacional. Indubitavelmente, o sistema financeiro internacional trata o Brasil de forma diferenciada em relação a outros países. O que significa o Brasil em todo esse jogo?

C. Lessa — Independente de qualquer coisa, o próprio tamanho da dívida brasileira já estabelecerá um precedente para a mudança. É evidente que se o Brasil tivesse êxito, por menor que fosse, ele deveria ser provavelmente imitado. Como de qualquer maneira nós é que tínhamos que fazer o movimento à frente, esse apoio subseqüente é secundário. O problema é quem vai na frente.

JBr — Isso do ponto de vista do Brasil. Do ponto de vista do sistema bancário internacional isso pode assustar!

C. Lessa — Ao sistema bancário internacional é claro que assusta. Aliás, eu só consigo interpretar a reação pouco elegante, diria até arrogante, do Donald Regan, como quem vê, no Brasil, uma ameaça latente.

JBr — Este governo e a atual equipe econômica podem, eles mesmos, mudar o padrão de negociação da nossa dívida?

C. Lessa — Eu acho que tudo depende de como esse governo vai aceitar o Legislativo, enquanto instância negociadora. O presidente do meu partido (PMDB) foi de uma extrema competência quando disse que negociaria com o PDS. Até porque o próprio PDS quer se converter em partido político, em canal de negociação. Até agora não foi autorizado a isso. Mas se o Congresso Nacional passa a ser o poder, você modifica a natureza do próprio regime político. Por tudo isto, eu não posso dizer se este governo aceita ou não mudar o padrão de negociação. Não há um antecedente histórico de referência. De certa maneira estamos vivendo uma experiência, eu diria, original.

Você pode quebrar toda a economia, avançar a recessão e, no entanto, a inflação poderá continuar sem controle

do os preços se movem, os índices pelos quais são corrigidos outros papéis e toda a esfera patrimonial reflete essa alta de preços. Então, o mercado ao descontar no presente, comanda um movimento de preços que é sancionado pelos mecanismos da correção pós-fixada. Isso significa dizer o seguinte: o mercado financeiro em conjunto, pela interação entre o desconto prévio e a correção pós, constrói a taxa de inflação, a taxa de evolução dos preços que ele considera que deve ser a taxa. Ele tem condições para comandar a evolução.

Quando uma economia entra em crise cambial, como o Brasil entrou, no segundo semestre de 1980, e com o antecedente da maxidesvalorização de 1979, um dos parâmetros que passa a dominar o mercado financeiro na fixação destas taxas básicas, é a expectativa da evolução da própria crise cambial. Isto também é normal em qualquer sistema financeiro. Só que, no caso brasileiro, tem o seguinte agravante: o nosso mercado financeiro tem uma base de papéis, a dívida pública da União, que é o principal constituinte de títulos com opção pela correção cambial. Títulos que reservam o seu valor em dólar. Isso implica que o valor desses títulos define o patamar básico pelo qual todo o sistema se move. A inflação, por isso, tem origem fundamentalmente nessa armadilha financeira.

JBr — É fundamentado em todo esse raciocínio que você acha ser impossível cumprir as metas assumidas junto ao Fundo Monetário Internacional, na terceira Carta de Intenções?

Carlos Lessa — Exato. Porque na Carta de Intenções não há nenhum indicio na doutrina, no espírito e sequer preocupação, como tão pouco há na equipe atual da política econômica, de que vá ser enfrentada a questão da modificação das regras do jogo do sistema financeiro. Não modificando as regras do jogo, dentro do sistema financeiro, e, continuando pra frente as perspectivas de crise cambial, o sistema continuará empurrando a taxa de inflação, num índice extremamente elevado. Independente da extensão da recessão econômica. Você pode quebrar toda a economia — bom, quebrar toda a economia é impossível — mas podemos avançar muito a recessão e, no entanto, a inflação continuar sem controle.

JBr — O fato das obrigações emitidas pelo Governo serem comandadas pelo dólar, tem a ver com a sugestão de políticos e economistas, quando fala da necessidade de desdolarização da nossa economia?

Carlos Lessa — É basicamente isto, mas não apenas. A desdolarização significa retirar esta característica. Esse fenômeno da desvalorização é terrível. Eu posso explicar. Dado que no passado — e foi passado nisso —, lá por ocasião do ciclo das reformas de Campos, ligamos o sistema financeiro doméstico ao sistema bancário internacional, permitindo que empresas e bancos nacionais contratassem empréstimos em moeda estrangeira, você dolarizou parte do passivo dessas empresas e desses bancos. Como os bancos são repassatórios aos tomadores internos, consequentemente eles transferem também com cláusula cambial.

Dito de outra maneira: você foi progressivamente internacionalizando o crédito. Internacionalizar não quer dizer que

são bancos internacionais que estão controlando o crédito. Significa dizer que as estruturas passivas foram se tornando progressivamente dolarizadas. E desse fato resulta o seguinte: a tendência, na medida em que se estabelece uma desconfiança contra a saúde econômica do país, e há uma crise econômica, — uma crise cambial — é de que todos que estão dolarizados, procurem escapar dessa dolarização.

O mecanismo para escapar foi criado, chama-se instrução 432 de 1977, pela qual se pode depositar no Banco Central em cruzeiros, antecipando um empréstimo externo que você quer em dólar. Você se cobre depositando em cruzeiros. Quem é que pode fazer isso? Evidente as empresas solventes. As que tinham passivos em dólar, usaram as facilidades da 432 para eliminar o vício cambial das suas operações. É claro que quando procuraram recursos para fazer isso, pressionaram adicionalmente a taxa de juros pra cima, e aí o mecanismo realmente o processo por outro lado.

Na medida em que isso vai avançando, você passa a ter presente o dólar como referencial, surgindo também a ideia de defender os ativos em dólar, que se defendem da seguinte maneira: você tem um capital de giro, ele está indexado a cruzeiro — não está indexado em dólar — mas se você fizer uma operação com ORTN's cambiais pagando um pequeno prêmio ao intermediário, você já se cobre com o seu capital de giro. O mecanismo é absolutamente perverso, porque no passado as coisas eram indexadas em cruzeiros e elas vão progressivamente se indexando a dólar. Como a crise cambial é a dominante, você passa a ter um sistema que está todo indexado a dólar. O que é um terror.

JBr — Mesmo aquilo que não estava indexado?

Carlos Lessa — Mesmo aquilo que não estava, é claro, porque existe uma base de papéis imensa em circulação financeira que permite fazer isso. Se você pensar a operação com ouro ou dólar manual, não dá, mas com dez ou doze trilhões de ORTN's cambiais dá para fazer.

JBr — Esse sistema que você acabou de descrever deu certo até meados de 1980 quando existia fluxo de dólar. Ele passou a...

Carlos Lessa — Eu acho que ele não deu certo até 1980 não. Ele foi progressivamente dando sinais de exaustão e, a partir de 1977/78 ficou claro que o sistema estava fazendo água.

JBr — O que está acontecendo hoje com o sistema financeiro internacional que, além de retardar os empréstimos e fazer uma série de exigências, no caso brasileiro, espera taticamente a aprovação pelo Congresso, do Decreto-lei nº 2.045.

C. Lessa — O problema é que hoje, o sistema bancário internacional, mesmo se quisesse, não tem condições para expandir, significativamente o crédito externo do Brasil. Ele também está em crise. Mas para não desmontar esse castelo de cartas infernal, é fundamental que cheguem esses recursos em dólares.

JBr — E resolve? C. Lessa — Não resolve — potencializa o problema — mas dá uma sobrevida. Com a doutrina do FMI — que é a

A política salarial não visa controlar a inflação, mas diminuir a atividade econômica e gerar dólares adicionais

única doutrina que hoje está tentando, ou pretendendo, por em ordem o sistema financeiro internacional — é uma doutrina inteiramente superada, fundamentada na hegemonia do dólar, que não existe mais, é uma doutrina que prescreve a superação dos problemas de balanço de pagamentos a prazo relativamente curto — dois ou três anos — a partir de operações que recompõem a balança comercial, a opção é recessiva. E por isso que essa doutrina prescreve, o corte do gasto público, compressão salarial, desvalorização cambial e aperto creditício. E na avaliação da comunidade bancária internacional, o País que não fizer essas quatro políticas não será capaz de recicar com normalidade a sua posição externa, superando os seus problemas cambiais de curto prazo. Daí vem a cobrança.

JBr — Se até mesmo o ativo de uma empresa começa a ser comprometido com a dolarização, é possível acontecer aquilo que, os políticos e economistas, costumam chamar de "argentinização" das nossas indústrias? Algo que poderia ser traduzido por sucateamento ou quebra do parque industrial?

C. Lessa — Não. Isso é outro problema. Uma recessão prolongada, objetivamente, impõe a destruição de parte expressiva da indústria. Mas eu me recuso a aceitar que existe o maquiavelismo histórico, que exista um supertécerebro que imagina uma quebra de indústria. O processo não tem essa inteligência nem tem um sujeito pensante. Agora, o resultado desse processo tende a isso.

JBr — Você, pelo que afirmou até agora, tem, evidentemente, uma explicação totalmente diferente daquela que a atual equipe econômica possui. Você não pode responder pela equipe econômica do Governo, mas o que será que eles pensam para insistirem na manutenção da atual política financeira?

C. Lessa — Existe um monte de gente que segue o número um da equipe econômica e que está absolutamente convencida de que mais cedo ou mais tarde, a forma recessiva acaba saneando o País e colocá-lo em ordem. O atual presidente do Banco Central pensa assim. Ele está absolutamente convencido de que é assim mesmo. A gente não pode pressupor má fé na cabeça das pessoas com as quais você não concorda. Eu sempre parto da hipótese de que o sujeito acredita no que está dizendo, acredita em grandes linhas no que está fazendo. Eu tenho sérias dúvidas se o ministro Delfim acredita no que está dizendo. Porém no que ele está fazendo, eu acho que ele acredita. Tenho a impressão que ele está jogando — fazendo um jogo sumamente arriscado — apostando ou na recuperação da economia mundial ou, numa rápida evolução da crise em escala mundial e reordenação das regras do jogo do sistema financeiro internacional. Acho que para ele o jogo é ganhar tempo, mantendo a cadeira sólida sobre o seu comando, esperando que o cenário internacional se modifique. E quero dizer o seguinte: a quantidade de personagens do mundo acadêmico, empresarial, financeiro, jornalístico, internacional que vem protestando contra essa loucura é crescente, porque está claro que se você toma um país como o Brasil, produz uma recessão brutal, cria um superávit de US\$ 6,3 bilhões e, no ano seguinte, a dívida externa cresce, é evidente, pra qualquer um que conheça a aritmética elementar, que vai ser impossível — inteiramente impossível — reverter a tendência descontrolada da dívida externa por esse procedimento.

JBr — Essa política ortodoxa do FMI não deu certo em nenhum país? Que condições políticas e sociais são precisas para que ela funcione?

C. Lessa — A cabeça dos economistas que alinham com essa doutrina ortodoxa, dificilmente se dá conta de como é diferente a condição objetiva de vida e de sobrevivência das populações de um país como o Brasil, comparativamente a um país como Alemanha ou França. Se você praticar uma política contracionista na Alemanha ou França, o que retira é um finalzinho de semana, uma feriazinha um pouco melhorada, etc. São países onde você tem sistema de cobertura médico impecável, sistema de educação decente, salário-desemprego, estabilidade nos contratos de trabalho e sindicatos fortes. E outra coisa muito importante: são países com um número muito grande de trabalhadores dos países do norte-africano, do Sul da Europa, sobre quem se abateu de forma mais pesada a queda de emprego, obrigando-os a retornar aos países de origem. E uma situação inteiramente diferente de querer fazer a mesma coisa num país onde quase 70 por cento das famílias estão numa faixa de um a três salários mínimos, onde não existe seguro-desemprego, onde o sistema de previdência é precaríssimo, onde os serviços públicos fundamentais não dão cobertura adequada à população. E inteiramente distinta a tolerância social e a adequabilidade deste procedimento, ainda que teoricamente. Por tudo isto esse procedimento não consegue ter

êxito na nossa realidade. Porque não consegue, a partir da perda de substância da economia brasileira, comprimir muito mais as importações do que já estão comprimidas.

JBr — Nesse caso não seria a aprovação do Decreto-Lei 2.045 que mudaria alguma coisa?

C. Lessa — Evidente. Eu insisto em dizer que a política salarial proposta no ano de 83, não foi proposta pra controlar processo inflacionário coisíssima nenhuma. Ela está sendo proposta com um objetivo contracionista: diminuir a atividade econômica, comprimir as importações e gerar dólares adicionais.

JBr — Que grau de credibilidade a sociedade brasileira deve dar às ameaças do ministro Delfim Netto, que promete entre outras coisas, mais impostos?

C. Lessa — Um personagem que exerceu o poder sem ser contestado durante tantos anos, realmente não consegue admitir que exista uma pedra no caminho. E não é uma pedra, é uma muralha. Eu acho que se o Congresso Nacional conseguir barrar a política salarial, força uma mudança no padrão de negociação externa no Brasil, que não existiu até agora. Um padrão que vai de certa maneira também obrigar uma negociação política interna. O que está em jogo, não é apenas a proteção da maior parte da população brasileira, que, por si só, justificaria todo o esforço. Eu acho que está em jogo bastante mais. Eventualmente, é por aí que está a saída política dessa confusão.

JBr — Do novo padrão de negociação faria parte, a seu ver, a moratória?

C. Lessa — A moratória não faz parte de um padrão de negociação. A moratória é um recurso tático de negociação. Os políticos fazem, muitas vezes, discursos políticos muito ingênuos, dizendo, por exemplo o seguinte: a moratória é a solução. Ou então: moratória versus negociação. Bobagem! A

O sistema bancário internacional não tem condições de expandir seu crédito ao Brasil. Ele também está em crise.